

RAIO-X

POLICIAL LEGISLATIVO FEDERAL



PROJETO
RAIO

GARANTA A SUA APROVAÇÃO, FUTURO POLICIAL LEGISLATIVO FEDERAL

Apresentamos o material definitivo, totalmente focado no concurso e que aborda os pontos mais importantes para você fechar o edital!

 **Com o RAIO-X, você terá acesso a todas as informações que precisa para se destacar na prova, e fechar o edital várias VEZES até o dia da sua prova, como vários de nossos alunos já fizeram!**

 **Nosso material possui diversas qualidades que farão a diferença na sua preparação:**

 **Esquemas Detalhados:** Os dispositivos mais cobrados na sua prova foram cuidadosamente esquematizados em quadros para facilitar a sua compreensão. Tenha o conhecimento na palma da sua mão!

 **Plano de Estudos de 45 dias:** Sabemos que o estudo precisa ser ajustado, organizado, com foco. Para isso, conte com nosso plano de estudos altamente executável para você.

 **Caderno de questões comentadas e Lista de questões:** Para melhorar ainda mais o seu desempenho, adicionamos caderno de questões para potencializar sua revisão.

 **Disciplinas Abordadas:** No nosso material completo, você encontrará tudo o que precisa para ser aprovado.

 **Sumário Inteligente e Estatístico:** Além de indicar quais são os tópicos mais quentes de todas as disciplinas, com base nas estatísticas de cobrança da banca **para Policial Legislativo Federal**, com a nossa análise pormenorizada do cenário atual, você só precisa clicar no conteúdo para ir ao tópico que irá estudar!

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

Todas as disciplinas foram feitas com base no estudo reverso para seu edital e banca nessa mesma qualidade! **Ou seja, a assertividade do conteúdo é ALTÍSSIMA em provas. Temos alcançado uma margem de 87% de acertos! Na prova de Policial Judicial do TSE, de 123 convocados para o TAF 40 foram nossos alunos!**

Todas as disciplinas foram feitas com base no estudo reverso para seu edital e banca nessa mesma qualidade! **Ou seja, a assertividade do conteúdo é ALTÍSSIMA em provas. Vamos para cima alcançar a aprovação para Policial Legislativo Federal!**



QUERO ESTUDAR AGORA COM MÁXIMA QUALIDADE PARA POLICIAL LEGISLATIVO FEDERAL!

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

O FOCO PARÁ VOCÊ VOAR

www.projectoraio.com.br

Aproveito para te mostrar o que nosso material já gerou em resultados, pois somos especialista nessa área. Você poderá ser o próximo Policial Legislativo Federal!



HENRIQUE NARDIÊ **APROVADO APJ TSE E TRF 1**

Obrigado Projeto Raio!
Foi a minha melhor escolha, ajudou demais na minha trajetória e nas aprovações. **O Material é no ponto certo pra quem busca agilidade e eficiência na preparação.** Pra frente e pro alto!



BRUNO QUINTANA **APROVADO 19º APJ TSE**

Mais uma etapa vencida e o sentimento de dever cumprido é maravilhoso. **Obrigado Projeto Raio pelo excelente material e apoio nessa jornada,** vocês foram importantíssimos para que tudo desse certo! Seguimos!



FELIPE AUGUSTO **APROVADO APJ TSE**

Os senhores são os melhores em materias e atendimento!

Felipe Augusto, aprovado para Policial Judicial do TSE.



WILTON BARBOSA **APROVADO APJ TSE**

Obrigado Projeto Raio por todo apoio nesse processo.

Wilton Barbosa, aprovado para Policial Judicial do TSE.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

O FOCO PARÁ VOCÊ VOAR

www.projectoraio.com.br



MARCILYO DIAS **APROVADO APJ TSE**

Certifique-se da companhia de um bom material e faça sua parte que o resultado chega. O Projeto me auxiliou muito, obrigado meu caro.



OBEROM ALVES **APROVADO APJ TSE**

Coloque Deus sempre em sua vida e não faltará esperança.



HENRIQUE FERREIRA **APROVADO APJ TSE**

Henrique Ferreira, aprovado para Policial Judicial do TSE.



JÚLIO CESAR **APROVADO PPCE**

Meus sinceros agradecimentos à equipe raio, pela dedicação em fornecer o conhecimento e a preparação necessária, ajudando-me a alcançar meus objetivos, em menos de três meses. Cada material e cada orientação foram essenciais para minha evolução.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

O FOCO PARÁ VOCÊ VOAR

www.projectoraio.com.br



JÚLIA FÊNIX

APROVADA PM-SP E PMERJ 2X

Acompanhei meu pai em cirurgia e internação em dia de provas e preparação. **Fui aprovada na PM-SP 2x. PMERJ nas duas**, sendo a primeira prova cancelada. **O Projeto Raio foi imprescindível**



JHONNY ALVES

APROVADO PM-DF E PM-MG

Me surpreendi, material muito completo, objetivo e atualizado! Enfim, muito obrigado! **Fui convocado pra 2ª fase PMMG hoje e fiz 61 pontos na PMDF!** Vocês são feras!



JOSÉ WITYNE

APROVADO PM-PE

Resolvi adquirir o projeto raio e através dele consegui revisar e ver assuntos que não tinha visto de forma resumida e objetiva, que com certeza me ajudaram a **lograr êxito aos 20 anos de idade.**

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

O FOCO PARA VOCÊ VOAR

www.projectoraio.com.br



Contém todos os tópicos de todas as disciplinas!

LÍNGUA PORTUGUESA
LÍNGUA INGLESA
RACIOCÍNIO LÓGICO E ESTATÍSTICA
INFORMÁTICA
DIREITO CONSTITUCIONAL E LEGISLAÇÃO INTERNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL
CRIMINOLOGIA E NOÇÕES DE CRIMINALÍSTICA
DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO CORRELATA
ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

[CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!](#)

O FOCO PARA VOCÊ VOAR

www.projectoraio.com.br



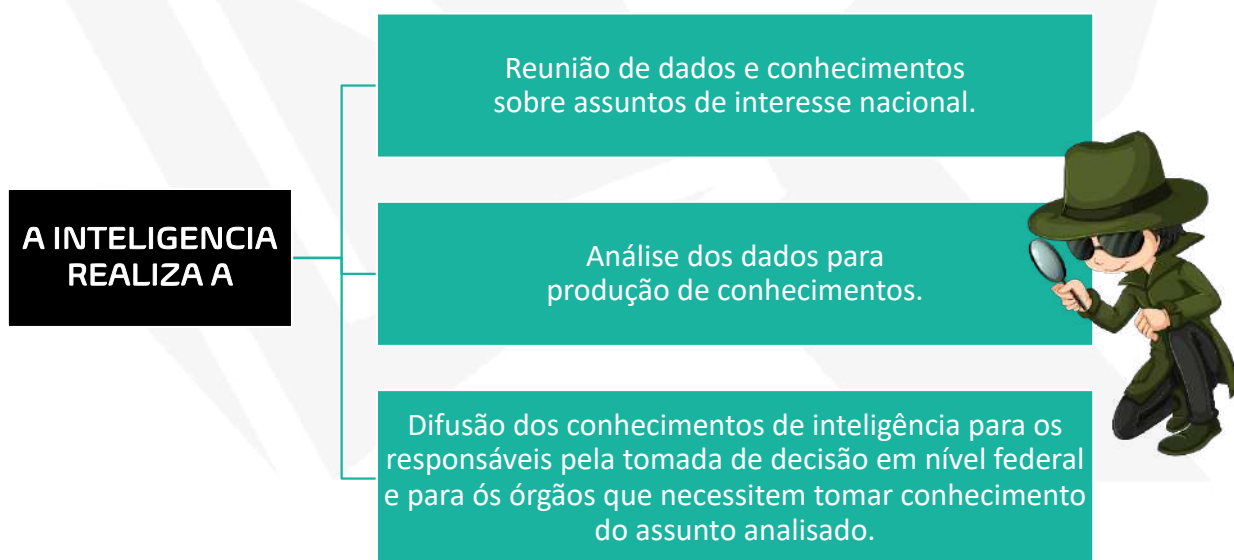
ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

INTELIGÊNCIA

Inteligência é o processo de coletar e analisar dados para transformá-los em conhecimento útil. Ou seja, compreende ações de obtenção de dados associadas à análise para sua compreensão. A análise transforma os dados em cenário compreensível para o entendimento do passado, do presente e para a perspectiva de como tende a se configurar o futuro.

Imagine que você está coletando informações de diferentes fontes, como relatórios, notícias, imagens de satélite, ou até mesmo observações diretas. Esses dados por si só podem não fazer muito sentido. Depois você pega todos esses pedaços de dados e começa a montá-los, como se estivesse tentando formar uma imagem completa de um quebra-cabeça. Esse processo de análise transforma os dados em algo mais compreensível. Entendeu?

A Inteligência trata fundamentalmente da produção de conhecimentos com objetivo específico de auxiliar o usuário a tomar decisões de maneira mais fundamentada. **O conhecimento de Inteligência é o produto final desenvolvido pela ABIN e difundido à Presidência da República, aos órgãos do SISBIN e a instituições com competência para decidir sobre assuntos específicos.**



METODOLOGIA

A Inteligência usa instrumentos e técnicas especializadas para obter e analisar dados em diversas áreas do conhecimento. Essas técnicas permitem acessar dados que não estão disponíveis ao público e que podem estar protegidos indevidamente. Todas as ações são realizadas com estrita observância às leis e princípios éticos. O trabalho da Inteligência envolve as etapas:

[CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!](#)

OBTENÇÃO DE DADOS	Utiliza instrumentos e técnicas para acessar informações disponíveis e realizar buscas especializadas.
ANÁLISE DE DADOS	Avalia a credibilidade dos dados e interpreta-os usando metodologias específicas, além de outras metodologias que ajudam na compreensão.
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	A análise dos dados permite compreender fenômenos e elaborar cenários futuros, orientando a tomada de decisões.

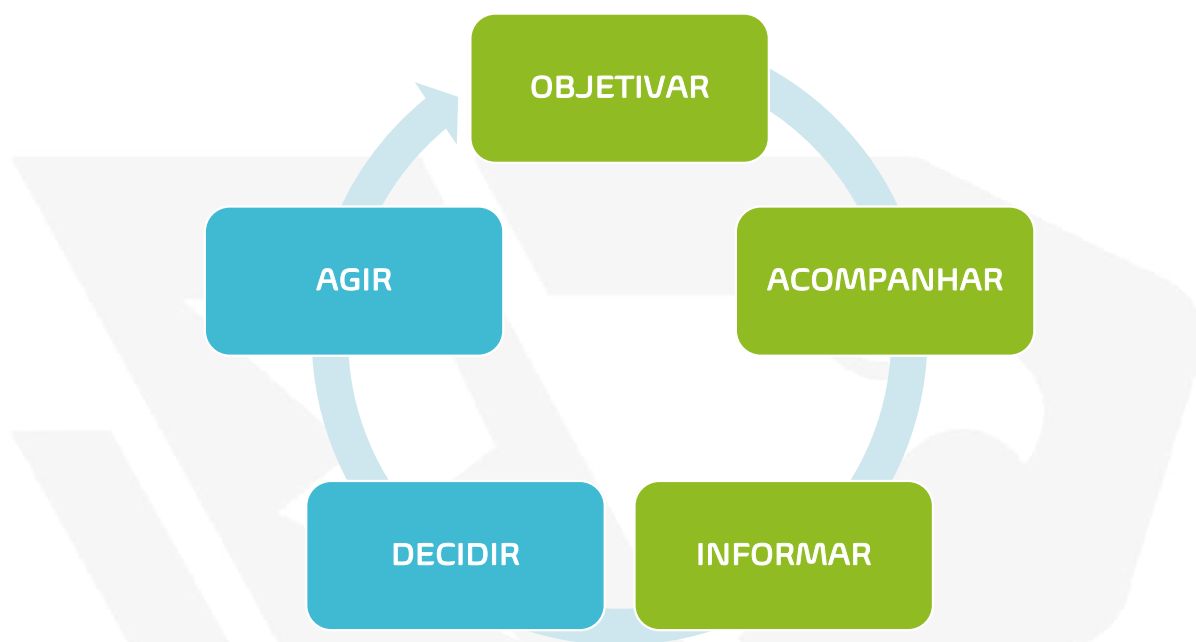
Como resultado de todo esse processo, a Inteligência oferece às autoridades nacionais conhecimentos com **credibilidade, completude e objetividade**.

- **Credibilidade:** Refere-se à confiança que se pode ter nas informações ou dados. Para que um dado seja considerado credível, ele deve ser proveniente de uma fonte confiável e ter sido obtido e verificado de maneira rigorosa. Em Inteligência, isso implica garantir que os dados sejam precisos, autênticos e que tenham sido checados para evitar erros ou fraudes.
- **Completude:** Refere-se à abrangência das informações. Dados completos são aqueles que cobrem todos os aspectos relevantes de um assunto ou situação. Em análise de Inteligência, a completude significa que todas as informações necessárias para uma compreensão total do fenômeno foram coletadas e analisadas, sem omissões significativas.
- **Objetividade:** Significa que a análise e interpretação dos dados são realizadas de forma imparcial e sem influência de opiniões ou preconceitos pessoais. Objetividade implica que as conclusões são baseadas exclusivamente nos dados e evidências disponíveis, sem distorções ou enviesamentos.

[CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!](#)

CICLO DE INTELIGÊNCIA

De acordo com a revista Doutrina de Atividade de Inteligência, de novembro de 2023, o funcionamento do ramo inteligência pode ser esquematizado em um ciclo composto por **cinco fases, caracterizadas por ações: objetivar, acompanhar, informar, decidir e agir**. **As três primeiras fases são realizadas pelos organismos de inteligência, mas as duas fases finais costumam se dar em outras esferas**. A decisão é sempre do usuário, e a ação, das instâncias por ele determinadas.



É importante notar que as atividades de uma etapa podem se intercalar ou se misturar com as da etapa seguinte, dependendo da dinâmica do tema abordado.

O ciclo de inteligência começa com a fase **objetivar**, onde são definidos temas e abordagens, e os objetivos da inteligência são alinhados com as demandas governamentais. Em seguida, a fase **acompanhar** envolve o monitoramento contínuo dos dados para identificar ameaças e oportunidades, mantendo o órgão de inteligência atualizado. Quando necessário, a fase **informar** produz e dissemina conhecimento relevante para a tomada de decisões. A fase **decidir** envolve a escolha de ações a serem tomadas, enquanto a fase **agir** executa essas ações. Após a execução, o processo de **autoavaliação** revisa o ciclo para melhorar a atuação e ajustar o foco, se necessário. O ciclo é iterativo, começando novamente na fase **objetivar** conforme mudanças nas necessidades ou contextos.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

CONTRAINTELIGÊNCIA

De acordo com a ABIN, a Contrainteligência tem como atribuições a **produção de conhecimentos** e a **realização de ações voltadas para a proteção de dados, conhecimentos, infraestruturas críticas – comunicações, transportes, tecnologias de informação – e outros ativos sensíveis e sigilosos de interesse do Estado e da sociedade**. O trabalho desenvolvido pela Contrainteligência tem foco na defesa contra ameaças como a espionagem, a sabotagem, o vazamento de informações e o terrorismo. Podem ser patrocinadas por instituições, grupos ou **governos estrangeiros**.



Atenção, galera!

A atuação da Contrainteligência ultrapassa os limites da ABIN e do SISBIN. Ela contribui para a salvaguarda do patrimônio nacional sob a responsabilidade de instituições das mais diversas áreas, consideradas de interesse estratégico para a segurança e para o desenvolvimento nacional.

**A
CONTRAINTELIGÊNCIA
REALIZA A**

Proteção dos conhecimentos produzidos pela atividade de inteligência

Salvaguarda de dados e conhecimentos produzidos por entes nacionais, públicos ou privados.

Prevenção, identificação e neutralização de ações promovidas por grupos de pessoas ou organizações vinculados ou não a governos, que ameaçam o desenvolvimento nacional e a segurança do Estado e da sociedade.

Continuando, a contrainteligência é uma área que atua para proteger informações e prevenir ameaças adversas ao Estado e à sociedade. Essa atividade é dividida em dois **segmentos interdependentes**:

- **Contrainteligência Preventiva:** Foca em identificar, evitar e proteger alvos contra ameaças antes que ocorram.
- **Contrainteligência Ativa:** Busca reagir e neutralizar ameaças que já estão em andamento.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

CONTRAINTELIGÊNCIA PREVENTIVA

Ela engloba medidas para proteger conhecimentos sensíveis (dados importantes para a segurança e desenvolvimento do país), infraestruturas críticas (sistemas essenciais para o funcionamento do Estado) e prevenir interferências no processo decisório nacional.

PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO SENSÍVEL

Salvaguardar dados, documentos, locais e tecnologias essenciais contra acesso não autorizado, danos ou divulgação indevida.

Estratégias: Sensibilizar instituições estratégicas, identificar vulnerabilidades em sistemas de segurança e implementar medidas para evitar ataques.

PROTEÇÃO DE INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS

Prevenir danos a sistemas essenciais cuja interrupção impactaria a sociedade, como energia, transportes ou comunicações.

Estratégias: Desenvolver medidas de segurança com setores público e privado, mapear dependências entre infraestruturas e analisar impactos de eventuais paralisações.

PREVENÇÃO A INTERFERÊNCIAS NA DECISÃO

Bloquear ações adversas destinadas a manipular decisões do Estado, seja por influências ilegítimas, campanhas veladas ou violência.

Exemplos:

- **Ações diretas:** Suborno ou recrutamento de pessoas com poder decisório.
- **Ações indiretas:** Campanhas para manipular a opinião pública ou criar instabilidade

Por fim, as medidas de contrainteligência baseiam-se em camadas de proteção que englobam governança, pessoas, tecnologia, documentos e instalações, exigindo uma abordagem intersetorial para priorizar alvos e respostas eficazes. Como resultado, espera-se aumentar a percepção de segurança, dissuadir ações adversas e proteger dados e sistemas essenciais para o pleno funcionamento do Estado e da sociedade.

CONTRAINTELIGÊNCIA ATIVA

A **contrainteligência ativa** é um ramo da contrainteligência que busca detectar, identificar, avaliar, obstruir e neutralizar ameaças concretas vindas de agentes adversos. **É uma abordagem mais reativa e ofensiva, com o objetivo de proteger os interesses do Estado e da sociedade contra ações adversas em várias frentes.** A contrainteligência ativa se divide em várias vertentes, cada uma voltada para um tipo específico de ameaça. Vejamos abaixo cada uma das vertentes, galera:

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

CONTRAESPIONAGEM

- Foca em identificar e neutralizar atividades de espionagem realizadas por adversários que buscam acessar dados sensíveis ou confidenciais.
- Espionagem é o ato de obter informações de forma não autorizada, usando técnicas especializadas.
- A contraespionagem analisa as intenções, capacidades e técnicas do adversário, agindo para interromper essas ações e proteger os alvos.

CONTRAINFERÊNCIA

- Combate ações de interferência externa, que têm como objetivo influenciar ou manipular decisões do Estado ou da sociedade.

Exemplos de interferência incluem:

- **Propaganda adversa:** Manipulação de informações para influenciar opiniões e comportamentos.
- **Desinformação:** Disseminação de informações falsas para enganar ou confundir.
- **Recrutamento de agentes de influência:** Pessoas são cooptadas para favorecer interesses estrangeiros.
- **Fomento encoberto:** Apoio secreto a grupos que promovem os interesses do adversário.
- **Sabotagem:** Destruição de sistemas ou infraestruturas críticas (física, cibernética, química ou biológica).

O objetivo é proteger o Estado contra manipulações políticas, sociais ou econômicas.

CONTRAINSURGÊNCIA

- Atua contra insurgências, que são rebeliões armadas ou movimentos de oposição contra um poder estabelecido.
- As insurgências podem assumir formas como guerrilhas, golpes de estado ou guerras civis.
- A contrainsurgência identifica e neutraliza os líderes, as redes de apoio e as atividades insurgentes, preservando a ordem interna.

CONTRATERRORISMO

- Visa combater extremismo violento e atos de terrorismo, que incluem planejamento e execução de ações violentas motivadas por ideologias extremistas.

Características do terrorismo:

- Uso de violência para criar medo generalizado.
- Alvo principal são civis e não combatentes.
- Objetivo predominantemente político.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

Atenção! No Brasil, o terrorismo é definido pela Lei nº 13.260/2016 como atos violentos motivados por preconceito ou discriminação, com o objetivo de provocar terror social ou generalizado.

Em resumo, as ações de contrainteligência ativa incluem:

- **Detecção:** Identificar ameaças concretas e seus agentes.
- **Avaliação:** Compreender os objetivos, métodos e impactos das ações adversas.
- **Obstrução:** Interromper as operações antes que causem danos.
- **Neutralização:** Eliminar permanentemente a ameaça ou sua capacidade de causar danos.

METODOLOGIA

A Contrainteligência é a atividade que objetiva **PREVENIR, DETECTAR, OBSTRUIR E NEUTRALIZAR a Inteligência adversa** e as ações que constituam ameaça à salvaguarda de dados, conhecimentos, pessoas, áreas e instalações de interesse da sociedade e do Estado.

INTELIGÊNCIA ADVERSA	Atividade realizada por agente estatal ou não, com emprego de ações especializadas, para obter acesso indevido ou não autorizado a dados e conhecimentos, áreas ou instalações, com o intuito de promover os interesses de seu patrocinador.	//
PREVENÇÃO	Consiste em antecipar-se à ação adversa, para evitar sua ocorrência.	Na área de prevenção, a Contrainteligência atua na sensibilização, orientação e capacitação de instituições estratégicas nacionais para a proteção de ativos de interesse do Estado e da sociedade, promovendo a adoção de comportamentos e medidas de segurança. Atua também na avaliação dos riscos de segurança dessas instituições para alertá-las para o perigo a que estão expostas.
IDENTIFICAÇÃO	Consiste em descobrir a identidade de agente adverso ou autoria de ação adversa, consumada ou tentada, que tem como alvo pessoas, conhecimentos, dados, materiais, equipamentos, áreas, instalações, sistemas ou processos cuja salvaguarda interesse à sociedade e ao Estado.	//

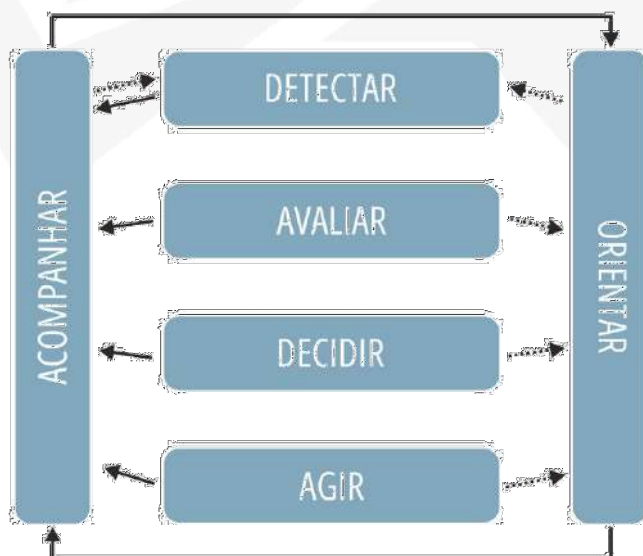
CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

OBSTRUÇÃO	Consiste em impedir ou dificultar a consecução da ação adversa.	Na área de detecção, obstrução e neutralização, a Contrainteligência atua no desenvolvimento de ações, inclusive especializadas, fazendo uso de recursos humanos e tecnológicos, com o objetivo de frustrar possíveis ameaças aos interesses nacionais.
NEUTRALIZAÇÃO	Consiste em tornar sem efeito as vantagens obtidas pela Inteligência adversa durante a realização de ações clandestinas ou encobertas.	
DETECÇÃO	Consiste em perceber ação adversa consumada ou tentada, que tem como alvo pessoas, conhecimentos, dados, materiais, equipamentos, áreas, instalações, sistemas ou processos cuja salvaguarda interesse à sociedade e ao Estado.	

CICLO DE CONTRAINTELIGÊNCIA

De acordo com a revista Doutrina de Atividade de Inteligência, de novembro de 2023, o funcionamento da contrainteligência pode ser esquematizado em um ciclo composto por seis fases caracterizadas por ações: acompanhar, orientar, detectar, avaliar, decidir e agir.

ATENÇÃO! Em princípio, esse ciclo tem como ponto inicial e final a mesma ação, acompanhar. É possível, porém, que seja iniciado em outras fases, dependendo dos estímulos recebidos pelo órgão ou pelo profissional de inteligência.



Fonte: Doutrina da Atividade de Inteligência (ABIN 2023)

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

O Ciclo de Contraineligência é um processo contínuo que envolve várias etapas para proteger o país contra ameaças. Começa com o **acompanhar**, que observa adversários e suas intenções para identificar potenciais riscos e vulnerabilidades. Em seguida, **orienta** os alvos de interesse com instruções para aumentar a segurança. A fase de **detectar** identifica ações adversas em curso ou planejadas, enquanto a fase de **avaliar** analisa essas ações para entender seus objetivos e impactos potenciais. Com base nessa análise, a fase de **decidir** determina as medidas a serem tomadas, que são então implementadas na fase de **agir**, incluindo ações como reforço de segurança e neutralização de ameaças. Finalmente, realiza-se um *debriefing* para revisar e aprimorar o processo.

ELEMENTO DE ANÁLISE

De acordo com a Doutrina de Atividade de Inteligência (2023), a atividade de inteligência é caracterizada pelo exercício permanente de ações especializadas no cumprimento de duas funções: informar e executar. **O elemento de análise é, por excelência, o principal responsável pelo cumprimento da função informar.**

A análise de inteligência transforma insumos (dados e informações) em conhecimento útil para a tomada de decisão nacional. Esse processo inclui identificação, obtenção, avaliação e reorganização das informações, sempre fundamentado em princípios racionais e na busca da verdade. A construção do conhecimento de inteligência:

- Baseia-se na realidade, na perspectiva do analista e na validação intersubjetiva.
- O conhecimento é sempre parcial e sujeito a vieses, exigindo debate, evidência e lógica.
- A perspectiva de inteligência deve ser imparcial e objetiva, orientada pela busca da verdade.

FORMA RACIONAL DE CONHECER	DESCRIÇÃO
IDEIA	Representação conceitual de um objeto (ex.: cadeira, terremoto).
JUÍZO	Relação entre ideias que compõem uma afirmação (ex.: cadeira de madeira).
RACIOCÍNIO	Conclusão lógica baseada em juízos prévios (ex.: madeira densa é resistente ao fogo).

CONCEPÇÕES DE VERDADE

A verdade pode ser interpretada de diferentes formas, e sua concepção influencia diretamente a análise e a construção do conhecimento na atividade de inteligência. Existem três concepções principais de verdade:

VERDADE POR CORRESPONDÊNCIA

[CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!](#)

- A verdade é aquilo que corresponde fielmente à realidade externa. Baseia-se na **observação e na experiência concreta**, exigindo evidências que confirmem a relação entre um fato e sua representação.
- **Desafio:** A realidade pode ser complexa, e nem sempre há acesso direto às informações completas sobre um evento.

VERDADE POR COERÊNCIA

- A verdade é determinada pela **consistência lógica dos argumentos**. Um conhecimento é considerado verdadeiro se suas **premissas forem coerentes** e não apresentarem contradições internas.
- **Desafio:** Um argumento pode ser logicamente coerente, mas não necessariamente corresponder à realidade.

Por exemplo, se um relatório de inteligência afirma que um país está investindo em tecnologia nuclear para fins pacíficos, mas há evidências de que testes militares estão ocorrendo, pode haver incoerência na narrativa.

VERDADE POR CONSENSO

- A verdade surge do **acordo entre múltiplas perspectivas e análises**. Depende da **construção coletiva do conhecimento**, onde diferentes fontes e especialistas contribuem para validar uma afirmação.
- **Desafio:** O consenso pode ser influenciado por **vieses cognitivos, manipulação de informações ou interesses políticos**.

Na atividade de inteligência, nenhuma dessas concepções pode ser usada isoladamente. A busca pela verdade exige uma abordagem equilibrada que combine evidências concretas (correspondência), coerência lógica e argumentativa (coerência) e validação por múltiplas fontes (consenso). Isso garante que as informações utilizadas para tomada de decisão sejam mais precisas, confiáveis e livres de vieses.

ESTADOS MENTAIS DIANTE DA VERDADE

Os profissionais de inteligência precisam lidar com diferentes níveis de certeza sobre as informações analisadas. A verdade nem sempre é completamente acessível, e o entendimento da realidade pode variar entre certeza, probabilidade, possibilidade e ignorância. **Esses estados mentais influenciam a tomada de decisão e a confiabilidade do conhecimento produzido.**



Fonte: Doutrina de Atividade de Inteligência (2023) – Pg. 96

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

ESTADO MENTAL	DESCRIÇÃO
CERTEZA	Quando há convicção plena de que a informação corresponde à realidade. O analista tem evidências concretas, verificáveis e consistentes , reduzindo a margem de erro.
PROBABILIDADE	Existe um alto grau de confiança , mas sem certeza absoluta. O conhecimento é baseado em evidências fortes , porém pode haver margem para erro.
POSSIBILIDADE	Há uma suspeita ou indício , mas sem elementos suficientes para afirmar com segurança. A dúvida persiste e a informação exige mais investigação.
IGNORÂNCIA	Não há conhecimento suficiente sobre o tema. A informação é inexistente, incompleta ou inverificável, impossibilitando qualquer análise confiável.

IMPACTO DOS ESTADOS MENTAIS NA INTELIGÊNCIA

- **Certeza:** Base para decisões rápidas e estratégicas, pois há confiança total na informação.
- **Probabilidade:** Exige verificação adicional antes de ser usada como base para ações.
- **Possibilidade:** Requer investigação aprofundada para evitar decisões precipitadas.
- **Ignorância:** Necessário coletar novos dados antes de qualquer conclusão.

Os analistas devem estar conscientes de suas limitações cognitivas e buscar sempre aprimorar suas avaliações, evitando erros baseados em vieses ou falta de evidências.

CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA

Como dito anteriormente, a atividade de inteligência tem a função de informar e executar, gerando conhecimento de inteligência para assessorar decisões estratégicas do Estado. Esse conhecimento deve ser verdadeiro, oportuno e útil, **podendo ser classificado em três tipos:**

CLASSIFICAÇÃO	OBJETIVO	TEMPORALIDADE	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLO
NARRATIVO-DESCRIPTIVO (INFORME)	Relatar fatos sem interpretação	Passado ou presente imediato	Apenas descreve eventos sem análise ou projeção futura	Relatório sobre movimentação de tropas sem prever ações futuras

[CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!](#)

INTERPRETATIVO (APRECIAÇÃO)	Analisar fatos, identificar causas e impactos	Curto prazo	Interpreta dados, aponta tendências e consequências	Estudo que identifica responsáveis por um ataque cibernético e seus impactos no setor financeiro
INTERPRETATIVO-PROSPECTIVO (ESTIMATIVA)	Projetar cenários futuros com base em tendências	Médio e longo prazo	Usa modelos analíticos e cenários para prever desdobramentos	Relatório que analisa como a instabilidade política pode afetar a economia nos próximos 10 anos

O processo analítico pode ser aprimorado com métodos estruturados, como:

- **Brainstorming:** Geração de ideias em grupo.
- **Matriz de Impactos Cruzados:** Análise da interação entre variáveis.
- **Análise de Redes:** Mapeamento de relações entre pessoas e organizações.
- **Indicadores:** Monitoramento de eventos futuros.
- **Advogado do Diabo:** Contestação de hipóteses dominantes.
- **Chapéu Vermelho:** Simulação da mentalidade de adversários.
- **Análise de Hipóteses Concorrentes (AHC):** Comparação de hipóteses com base em evidências.

ELEMENTOS DE OPERAÇÕES

O Elemento de Operações da atividade de inteligência tem a função de **executar** ações **especializadas** para obtenção de informações sigilosas e implementação de medidas de contraposição a ameaças adversas. Essas operações são essenciais quando dados não estão acessíveis por meios abertos e exigem técnicas operacionais sigilosas.

As operações podem ter dois objetivos principais:

- **Obtenção de informações indisponíveis em fontes abertas, necessárias para produção de conhecimento de inteligência.**
- **Contraposição à inteligência adversa, atuando em defesa do Estado e da sociedade.**

O uso dessas ações sigilosas está previsto na Lei 9.883/1999 e no Decreto 8.763/2016, devendo ser previamente aprovado por autoridade competente, com base na legalidade, pertinência e razoabilidade. Além

[CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!](#)

disso, essas operações são submetidas a controles internos e externos para garantir conformidade e qualidade.

Atenção, pessoal!

- **Cliente:** Quem solicita a operação, podendo ser o próprio setor de análise ou um gestor operacional.
- **Usuário:** Autoridade governamental que recebe e utiliza os resultados da operação.

COMPONENTES PRINCIPAIS

- **Agentes:** Podem ser orgânicos (do próprio órgão) ou não orgânicos (terceiros recrutados para missões específicas).
- **Ação Operacional:** Aplicação de técnicas especializadas para atingir um objetivo específico.
- **Alvo:** Objeto ou indivíduo sobre o qual a ação operacional é conduzida, podendo ser simples ou complexo.
- **Ambiente Operacional:** Espaço físico ou virtual onde ocorre a operação, podendo ser no país ou no exterior.
- **Técnicas Operacionais:** Procedimentos sigilosos usados para coletar informações ou impedir ameaças.

FUNÇÕES DO ELEMENTO DE OPERAÇÕES

- **Busca:** Obtém informações sigilosas que não podem ser acessadas publicamente.
- **Produção de Eventos:** Impede ou neutraliza ameaças da inteligência adversa.
- **Proteção:** Garante o sigilo das operações, a segurança dos agentes e do órgão de inteligência.

TIPOS DE AÇÕES NA INTELIGÊNCIA

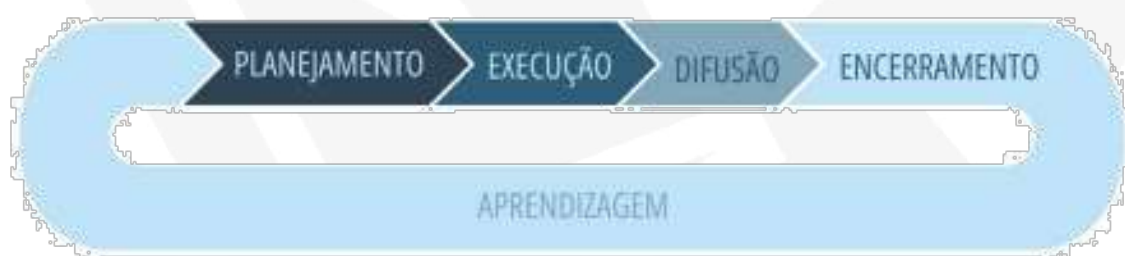
CLASSIFICAÇÃO	TIPO DE AÇÃO	DESCRIÇÃO
POR FINALIDADE	BUSCA	Obtém dados, informações ou conhecimentos indisponíveis de forma sigilosa.
	PRODUÇÃO DE EVENTOS	Gera eventos estratégicos para detectar, identificar, obstruir ou neutralizar ações adversas, especialmente na contrainteligência.
	PROTEÇÃO	Assegura a segurança do agente, da operação e do órgão de inteligência.
POR NATUREZA	BASEADA EM RECURSOS HUMANOS	Prioriza o uso de agentes especializados para obtenção de informações ou execução de ações sigilosas.

[CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!](#)

	BASEADA EM RECURSOS TÉCNICOS	Emprega dispositivos tecnológicos avançados para coleta e análise de dados.
	CIBERNÉTICA	Realizada no espaço digital, podendo combinar tecnologia e atuação humana para obtenção ou proteção de informações.
POR ABRANGÊNCIA	EXPLORATÓRIA	Ação pontual e específica, com início e término predefinidos, voltada para necessidades imediatas.
	SISTEMÁTICA	Ação contínua e prolongada, resultando em um fluxo constante de informações e monitoramento de longo prazo.

CICLO DE OPERAÇÕES

As operações de inteligência seguem um ciclo composto por quatro fases: planejamento, execução, difusão e encerramento. Esse processo visa garantir a obtenção de informações relevantes para a produção de conhecimento de inteligência e apoio à tomada de decisões estratégicas.



Fonte: Doutrina de Atividade de Inteligência (2023) – Pg. 133

FASE	DESCRIÇÃO
PLANEJAMENTO	O profissional responsável define a estratégia operacional com base na demanda recebida, analisando riscos, delimitando o ambiente de atuação e organizando recursos humanos e técnicos.
EXECUÇÃO	As ações planejadas são realizadas, com monitoramento constante para ajustes e replanejamentos conforme mudanças no ambiente operacional. Avaliações periódicas garantem segurança e eficácia.
DIFUSÃO E RESULTADOS	Os dados obtidos são organizados e enviados ao cliente, permitindo reavaliação e ajustes nas operações. Os resultados podem ser entregues gradualmente conforme necessidade.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

ENCERRAMENTO

O ciclo se finaliza com a avaliação da operação, análise de resultados, registro de aprendizados e eventuais ajustes para aprimoramento futuro.

Por fim, as técnicas operacionais são métodos especializados usados em ações sigilosas da inteligência, essenciais para a obtenção de dados inacessíveis ou para neutralizar ameaças adversas. Elas exigem planejamento detalhado e execução cuidadosa, respeitando a legislação vigente. **Essas técnicas raramente são aplicadas isoladamente, sendo geralmente combinadas para aumentar sua eficácia.** Seu uso está sujeito a controle interno e externo para garantir conformidade com as leis e evitar abusos.



[CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!](#)

CADERNO

DE QUESTÕES COMENTADO



PROJETO

RAIO

1. REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO: CONCEITO, PRINCÍPIOS EXPRESSOS E IMPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

1) Julgue o item a seguir, acerca da administração pública, do regime jurídico- administrativo, da organização administrativa, dos atos administrativos, do processo administrativo, dos serviços públicos e da intervenção do Estado na propriedade.

Segundo a doutrina majoritária, administração pública em sentido objetivo designa os entes que exercem a atividade administrativa, ao passo que administração pública em sentido subjetivo diz respeito à natureza da atividade exercida por tais entes.

GABARITO: Errado.

A assertiva está **errada** porque inverte os conceitos de **Administração Pública** em seus sentidos **subjetivo** e **objetivo**, contrariando a doutrina majoritária. A **Administração Pública em sentido subjetivo (ou orgânico)** refere-se aos **entes, órgãos e agentes** responsáveis por exercer a função administrativa do Estado, abrangendo tanto a Administração Direta (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) quanto a Administração Indireta (autarquias, fundações públicas, empresas estatais, entre outras). Em outras palavras, trata-se do **quem** executa a administração. Já a **Administração Pública em sentido objetivo (ou funcional)** diz respeito à **atividade administrativa** desempenhada pelo Estado para atender ao interesse público, incluindo **prestação de serviços públicos, poder de polícia, fomento, regulação e intervenção estatal**.

Ou seja, esse conceito se relaciona ao **que** é feito pela Administração para atingir seus objetivos. A inversão desses conceitos na assertiva vai contra a doutrina consolidada de autores como **Maria Sylvia Zanella Di Pietro** e **Alexandre Mazza**, que destacam que o sentido **subjetivo** abrange os agentes e órgãos que desempenham a função administrativa, enquanto o sentido **objetivo** se refere às atividades desenvolvidas para concretizar o interesse público. Dessa forma, a afirmação da banca está incorreta, pois distorce a classificação aceita pela doutrina administrativista.

2) Acerca da administração pública, do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos, julgue o item a seguir.

O fomento, a intervenção administrativa, os serviços públicos e o poder de polícia são exemplos de atividades que integram o conceito de administração pública extroversa.

GABARITO: Certo.

A **Administração Pública extroversa** corresponde às **atividades-fim do Estado**, ou seja, aquelas que impactam diretamente os administrados e visam à satisfação do interesse público primário. Entre essas atividades estão o **fomento, a intervenção administrativa, a prestação de serviços públicos** e o **poder de polícia**, pois todas elas são formas de atuação estatal voltadas para o benefício da coletividade.

Por outro lado, a **Administração Pública introversa** diz respeito às **atividades-meio**, que não impactam diretamente a sociedade, mas servem para garantir o funcionamento interno da máquina pública. Isso inclui atividades como gestão de pessoal, administração patrimonial, logística e outras funções internas da Administração. De acordo com a doutrina, a **polícia administrativa é um exemplo clássico de atuação extroversa**, pois restringe direitos individuais para garantir o interesse público, como ocorre na fiscalização sanitária de um restaurante.

A **intervenção administrativa** também se encaixa nesse conceito, pois envolve ações estatais que impactam diretamente o setor privado, como desapropriações e regulações de mercado. O **fomento**, por sua vez, refere-se ao incentivo estatal a setores estratégicos por meio de benefícios como subsídios e financiamentos, enquanto os **serviços públicos** consistem na oferta de bens e utilidades essenciais à população, como transporte público e coleta de lixo.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

3) No que se refere ao conceito de administração pública, às fontes do direito administrativo e aos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

A jurisprudência, enquanto fonte do direito administrativo, pode ser constituída por uma só decisão importante de tribunal, nessa circunstância, apta a orientar a administração pública.

GABARITO: Errado.

A *jurisprudência, como fonte do Direito Administrativo, não se baseia em uma única decisão, mas sim na reiteração de julgamentos num mesmo sentido.*

Essa repetição é essencial para que os entendimentos jurisprudenciais se consolidem e passem a influenciar a aplicação do direito de maneira mais concreta e prática do que a doutrina e a legislação. Conforme destaca Hely Lopes Meirelles, o Direito Administrativo possui lacunas devido à falta de uma codificação sistematizada, tornando a jurisprudência um elemento fundamental na interpretação e aplicação das normas.

A persistência de certos entendimentos nos tribunais contribui para a *construção do direito*, garantindo maior previsibilidade e segurança jurídica. No contexto da *convalidação de atos administrativos*, é necessário que haja um entendimento consolidado nos tribunais, e não apenas uma decisão isolada. Como a assertiva sugere erroneamente que uma só decisão seria suficiente para formar jurisprudência, ela se torna incorreta.

4) No que se refere à Lei de Improbidade Administrativa e a sistemas de controle jurisdicional da administração pública, julgue o item seguinte.

O sistema jurisdicional brasileiro adota o contencioso administrativo de jurisdição una ao definir que qualquer lesão ou ameaça a direito ficam submetidas ao controle jurisdicional.

GABARITO: Errado.

O *ordenamento jurídico brasileiro adota o sistema da jurisdição una, também chamado de unidade de jurisdição, conforme previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal*, que estabelece o *princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional*. Isso significa que nenhuma lesão ou ameaça a direito pode ser excluída da apreciação do Poder Judiciário.

Diferentemente do sistema da dualidade de jurisdição, adotado em países como França e Alemanha, onde há tribunais administrativos com competência para julgar litígios envolvendo a Administração Pública, o Brasil não adota o contencioso administrativo.

No Brasil, as decisões administrativas podem até possuir força obrigatória dentro da esfera administrativa, mas não possuem caráter definitivo, pois sempre podem ser revistas pelo Judiciário. Conforme expõe Rafael Carvalho Rezende Oliveira, no sistema de jurisdição una, cabe ao Poder Judiciário a decisão final sobre a juridicidade de todos os atos, tanto da Administração Pública quanto dos particulares. Isso reforça a impossibilidade de um contencioso administrativo com efeito definitivo, tornando incorreta qualquer afirmação que sugira a adoção desse modelo no Brasil.

5) No que se refere ao conceito de administração pública, às fontes do direito administrativo e aos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

De acordo com o critério orgânico, administração pública designa o conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas responsáveis por funções administrativas.

GABARITO: Certo.

No *sentido orgânico ou subjetivo, a Administração Pública é definida pelo conjunto de órgãos, entidades e agentes* que integram a estrutura administrativa do Estado, independentemente da atividade que desempenham. Ou seja, trata-se do critério jurídico-formal, segundo o qual a Administração Pública é composta pela Administração Direta (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) e pela Administração Indireta (autarquias, fundações públicas, empresas estatais e sociedades de economia mista).

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

Esse entendimento é reforçado por Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino, ao afirmarem que a Administração Pública é aquilo que o ordenamento jurídico define como tal, sem levar em conta a natureza da atividade exercida. Já a **Administração Pública em sentido objetivo (ou material, ou funcional) refere-se à atividade administrativa em si**, ou seja, às funções desempenhadas pelo Estado para atender ao interesse público.

Como explica Maria Sylvia Zanella Di Pietro, esse conceito diz respeito às ações administrativas executadas, principalmente, pelo Poder Executivo, incluindo a prestação de serviços públicos, a regulação, o fomento e o poder de polícia. Portanto, a assertiva está correta ao afirmar que o conceito orgânico (subjetivo ou formal) se refere aos órgãos, agentes e entidades que integram a Administração Pública, enquanto o conceito objetivo (material ou funcional) diz respeito às atividades administrativas desempenhadas pelo Estado.

6) No que se refere aos preceitos relacionados ao direito administrativo, julgue o item a seguir.

O regime jurídico administrativo compreende as prerrogativas e restrições às quais está sujeita a administração.

GABARITO: Certo.

O **Regime-Jurídico Administrativo é caracterizado por dois princípios básicos: a supremacia do interesse público sobre o particular e a indisponibilidade do interesse público**. O **Regime Jurídico-Administrativo é um conjunto de regras de direito público aplicáveis às entidades e agentes da administração pública**.

Ele se baseia em poderes e prerrogativas especiais conferidos à administração pública para garantir a supremacia do interesse público, e em limitações impostas para assegurar a indisponibilidade desse interesse, como apontam Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo em "Direito Administrativo Descomplicado".

Esses poderes especiais permitem à administração atuar de maneira diferenciada em prol do interesse coletivo, enquanto as restrições garantem que tais poderes não sejam exercidos de maneira arbitrária, preservando os direitos e interesses da sociedade.

7) Com base nos princípios do regime jurídico administrativo e nas regras relativas à contratação direta pela administração pública, julgue o item que se seguem.

O princípio da indisponibilidade do interesse público é intrinsecamente ligado ao princípio da supremacia do interesse público, isto é, à incapacidade da administração de livremente dispor de bens e do interesse público sob sua tutela.

GABARITO: Certo.

O **Regime-Jurídico Administrativo é caracterizado por dois princípios básicos: a supremacia do interesse público sobre o particular e a indisponibilidade do interesse público**. O **Regime Jurídico-Administrativo é um conjunto de regras de direito público aplicáveis às entidades e agentes da administração pública**.

O Regime Jurídico-Administrativo é um conjunto de regras de direito público aplicáveis às entidades públicas e aos agentes públicos em geral. Segundo Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo, ele se baseia em poderes e prerrogativas especiais que a administração pública pode exercer, refletindo a supremacia do interesse público.

Em contrapartida, há limitações impostas à administração para garantir a indisponibilidade do interesse público, ou seja, a administração não pode dispor livremente dos interesses públicos como se

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

fossem de sua propriedade. Esse equilíbrio entre poderes e restrições garante que a administração pública atue de maneira eficaz e em prol do interesse coletivo, enquanto também protege os direitos e interesses da sociedade contra abusos potenciais.

8) Com base nos princípios do regime jurídico administrativo e nas regras relativas à contratação direta pela administração pública, julgue o item que se segue.

O denominado regime jurídico administrativo compreende tudo aquilo que tanto o particular quanto a administração pública podem fazer, sendo caracterizado pela horizontalidade nas relações jurídicas e pela igualdade jurídica entre as partes.

GABARITO: Errado.

No regime jurídico-administrativo, não há horizontalidade nas relações jurídicas nem igualdade jurídica entre as partes envolvidas. Esse regime é fundamentado especialmente em dois princípios: a *Supremacia do Interesse Público sobre o Privado e a Indisponibilidade do Interesse Público*. Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, o Direito Administrativo é construído sobre esses princípios. Além disso, Hely Lopes Meirelles destaca que esse regime implica três pressupostos básicos nas relações administrativas:

➡ **Desigualdade jurídica entre a Administração e os administrados:** A Administração possui prerrogativas especiais que a colocam em posição de superioridade em relação aos particulares.

➡ **Presunção de legitimidade dos atos administrativos:** Os atos da Administração são presumidos legítimos até que se prove o contrário.

➡ **Necessidade de poderes discricionários para a Administração atender ao interesse público:** A Administração deve ter certa margem de discricionariedade para agir conforme o interesse público. Esses princípios e pressupostos demonstram a ausência de igualdade jurídica e a presença de uma relação vertical, onde a Administração detém poderes específicos para assegurar o interesse público.

9) Com relação à origem e às fontes do direito administrativo, aos sistemas administrativos e à administração pública em geral, julgue o item que se segue.

Um dos aspectos da constitucionalização do direito administrativo se refere à elevação, ao nível constitucional, de matérias antes tratadas por legislação infraconstitucional.

GABARITO: Certo.

Diversos temas foram incorporados à Constituição Federal de 1988, conferindo-lhes status constitucional. Assuntos como a organização administrativa e os direitos dos servidores públicos passaram a ser regulados diretamente pela Constituição.

Vantagens:

➡ **Maior estabilidade:** A constitucionalização desses temas garante maior estabilidade e proteção contra mudanças arbitrárias, proporcionando um ambiente mais previsível e seguro para a administração pública e os servidores.

➡ **Proteção dos direitos:** Os direitos dos servidores públicos, por exemplo, recebem uma camada adicional de proteção, dificultando sua alteração ou supressão por meio de leis ordinárias.

Desvantagens:

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

➡ **Enrijecimento:** A inclusão de muitos temas na Constituição pode levar a um enrijecimento normativo, dificultando a adaptação e a atualização das normas em resposta a novas demandas e mudanças sociais.

➡ **Processo legislativo complexo:** Alterar disposições constitucionais é um processo mais complexo e demorado, exigindo quórum qualificado no Congresso Nacional, o que pode dificultar a implementação de reformas necessárias.

Em resumo, a constitucionalização de vários assuntos na CF/1988 trouxe tanto benefícios, como maior estabilidade e proteção de direitos, quanto desvantagens, como a rigidez e dificuldade de adaptação das normas.

10) Com relação à origem e às fontes do direito administrativo, aos sistemas administrativos e à administração pública em geral, julgue o item que se segue.

O conjunto das prerrogativas e restrições a que está sujeita a administração pública e que não se encontra nas relações entre particulares constitui o regime jurídico administrativo.

GABARITO: Certo.

No Direito Público, ramo que inclui o Direito Administrativo, um dos participantes da relação jurídica ocupa uma posição diferenciada em comparação à outra parte. Isso se manifesta através de "prerrogativas" e "sujeições", palavras-chave para entender essas relações.

Prerrogativas: São *poderes especiais conferidos ao Estado* para garantir a realização do interesse público. Essas prerrogativas permitem ao Estado atuar de maneira que os particulares não podem. Exemplo: O Estado tem a prerrogativa de desapropriar imóveis improdutivos para redistribuí-los entre pequenos produtores rurais, algo que indivíduos privados não podem fazer.

Sujeições: São *restrições impostas ao Estado*, comparadas às liberdades dos particulares. Essas sujeições limitam a atuação do Estado para assegurar a legalidade e o interesse público. Exemplo: Enquanto empresas privadas podem contratar livremente, desde que tenham recursos, o Estado é obrigado a realizar concursos públicos para selecionar seus servidores efetivos e empregados permanentes.

Essas duas características, prerrogativas e sujeições, garantem que o Estado possa atuar efetivamente em prol do interesse coletivo, ao mesmo tempo em que mantém transparência, legalidade e igualdade nas suas ações.

11) No que tange a regime jurídico-administrativo, organização administrativa e teoria do direito administrativo brasileiro, julgue o item a seguir.

A administração pública pode estar sujeita tanto ao regime jurídico de direito privado quanto ao regime jurídico de direito público.

GABARITO: Certo. A expressão "Regime Jurídico da Administração" é um termo genérico que inclui tanto o Regime de Direito Privado quanto o Regime Jurídico Administrativo, que abrange normas e princípios de Direito Público. Segundo a Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o *"regime jurídico da Administração"*

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

Pública" refere-se, em sentido amplo, aos regimes de direito público e privado a que a Administração Pública pode estar sujeita. Já o "regime jurídico-administrativo" se restringe ao conjunto de características que tipificam o Direito Administrativo, colocando a Administração Pública em uma posição privilegiada e vertical nas relações jurídico-administrativas. Portanto, o regime jurídico da Administração não se limita apenas às normas de Direito Público, pois a Administração nem sempre se encontra em uma posição de verticalidade sobre os administrados, justificando a correção do quesito.

12) No que diz respeito aos princípios fundamentais, concessão, autorização, permissão e atos da administração pública, julgue o item a seguir.

Estará em simetria com a Constituição Federal de 1988 a Constituição de determinado estado que prever que a administração pública estadual deva obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, finalidade e eficiência.

GABARITO: Certo.

Uma Constituição estadual estará em conformidade com a Constituição Federal de 1988 se prever que a administração pública estadual deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, finalidade e eficiência.

A Constituição Federal, no Art. 37, determina que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve seguir os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Esses princípios são obrigatórios para todos os entes federados, garantindo a aplicação do princípio da simetria entre a Constituição Federal e as Constituições estaduais. Ademais, uma Constituição estadual pode incluir um rol mais amplo de princípios além dos mencionados na Constituição Federal. Um exemplo é a Constituição Estadual de São Paulo, que expressamente inclui o princípio da razoabilidade, demonstrando que os estados têm a liberdade de acrescentar outros princípios que considerem importantes para a administração pública local.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

SEJA BEM-VINDO!

Desejamos as boas-vindas, e agradecemos por ter acompanhado a demonstração de nosso conteúdo! Todas as disciplinas foram feitas com base no estudo reverso para seu edital e banca nessa mesma qualidade! Ou seja, a assertividade do conteúdo é ALTÍSSIMA em provas. Temos alcançado uma margem de 87% de acertos em média para cada prova policial em 2025!

Você viu que não está sozinho nessa jornada e que muitos já alcançaram resultados incríveis. Agora, a oportunidade é sua!

Clique no link abaixo para garantir seu acesso e comece sua preparação com um material focado, completo e testado por quem já conseguiu chegar lá. Não deixe essa chance passar!

QUERO ESTUDAR AGORA COM MÁXIMA QUALIDADE PARA POLICIAL LEGISLATIVO FEDERAL!



CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO!

O FOCO PARÁ VOCÊ VOAR

www.projectoraio.com.br